



***Reunião Conjunta dos Comitês da Porção Capixaba da Bacia do
Rio Doce***

Plano de Aplicação Plurianual (2016-2020)

Relatório Síntese

Colatina, 01 de outubro de 2015.

Sumário

1 – Introdução	2
2 – Abertura e apresentação do IBIO.....	3
3 – Priorização dos programas na parte capixaba do rio Doce (UGRHs 7, 8 e 9).....	7
4 – Alocação dos recursos da cobrança pelo uso da água de rio de domínio da União	12
5 – Premissas para a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Doce	14
6 – Critérios para nortear a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água para os programas de saneamento básico (Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário).....	15
ANEXOS	16

1 – Introdução

No dia 1 de outubro de 2015 foi realizada, em Colatina/ES, a reunião conjunta envolvendo representantes dos Comitês capixabas inseridos na Bacia Hidrográfica do Doce. Estes comitês são: CBH – Guandu (inserido na UGRH 7); CBH - Santa Maria do Doce (inserido na UGRH 8); CBH - Pontões e Lagoas do Doce (inserido na UGRH 9); e o CBH - Barra Seca (inserido na UGRH 9). A reunião ocorreu na sede da SANEAR e contou com a presença de 26 pessoas. A lista de presença encontra-se em anexo.

A pauta central da reunião foi o Plano de Aplicação Plurianual (PAP)¹ do CBH-Doce para o período de 2016 a 2020.

As questões centrais do PAP que foram aprofundadas na reunião foram:

- (i) Priorização dos programas a serem desenvolvidos com recursos da cobrança pelo uso da água federal nas UGRHs 7, 8 e 9 (descritas acima com seus respectivos comitês);
- (ii) Apreciar as premissas sugeridas pelo IBIO que devem orientar a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Doce;
- (iii) Apreciar as sugestões do IBIO para alocação dos recursos da União referente ao PAP-Doce 2016-2020;
- (iv) Apreciar a proposta do IBIO sobre a entrada de novos programas no PAP (sem necessariamente estarem atrelados a aportes de recursos da cobrança pelo uso da água).
- (v) Apresentar e aperfeiçoar o conjunto de critérios para seleção de áreas e de municípios para os programas P11 e P41, levando em conta as propostas recolhidas durante a 1ª rodada de seminários sobre saneamento na bacia hidrográfica do rio Doce.

As discussões destes pontos se deram com a colaboração de um moderador externo.

¹ O PAP é um instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia hidrográfica do rio Doce.

Este documento aborda os diálogos estabelecidos e as decisões/encaminhamentos apontados durante a reunião.

2 – Abertura e apresentação do IBIO

Devido ao atraso no início da reunião, não houve a abertura formal e a reunião foi iniciada com uma apresentação realizada pelo representante do IBIO, Fabiano Alves, cujo intuito foi o de iniciar um processo de nivelamento entre os participantes e trazer informações necessárias para subsidiar as tomadas de decisão. A apresentação abarcou os seguintes pontos:

- Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH-Doce (etapas, produtos, objetivos, metas, programas e ações), e
- Plano de Aplicação Plurianual – PAP
 - O que é, premissas, objetivos, recursos, metas, programas e ações prioritários;
 - Implementação dos Programas;
 - PAP 2016-2020: Programas prioritários, premissas para o desenvolvimento do PAP 2016-2020, critérios de hierarquização e sugestões de alocação dos recursos da cobrança Federal.

Nos anexos encontra-se a referida apresentação do IBIO.



Cenas da reunião

Durante a explanação foram sendo esclarecidas algumas dúvidas e apontadas questões pelo grupo participante, que podem ser assim descritas:

- No período compreendido pelo próximo PAP, os recursos destinados ao subprograma “Fortalecimento dos Comitês” (que são destinados para os comitês arcarem com os gastos de diárias, alimentação, suporte às reuniões, passagens aéreas, dentre outros) serão advindos apenas dos recursos da cobrança de rios de domínio dos estados ou, no caso do Espírito Santo, de recursos da AGERH. A presidente do CBH – Guandu, Ana Paula, destacou que atualmente os comitês estão mais bem estruturados e com condição de participar das atividades devido ao recurso da cobrança advindos da calha federal que são disponibilizados aos comitês. ***Ela propôs ampliar o diálogo envolvendo representantes da ANA para verificar se há alguma alternativa para manter tal repasse, indicando que o estado do Espírito Santo vem se esforçando para a implantação da cobrança estadual.*** Ana Paula ressaltou que se corre o risco de comprometer os resultados alcançados até o momento, bem como da interrupção na participação ativa dos comitês capixabas inseridos no Doce nas articulações locais, regionais e no território da bacia do Doce como um todo. Houve o questionamento se tal tema foi dialogado com a AGERH. Foi dito que sim, mas até o momento não foi obtido nenhum retorno concreto. Ana Paula citou também sobre a dificuldade de acesso dos recursos do FUNDÁGUA.
- Foi enfatizado que na parte capixaba da bacia há a necessidade de ações que auxiliem a infiltração de água no lençol freático, visando ampliar a recarga de aquíferos e a disponibilidade hídrica da bacia.
- Em relação ao Programa de Convivência com as Cheias (P. 31) foi indagado sobre os produtos desenvolvidos e se já se encontravam acabados. Foi dito que houve a produção de vários mapas para bacia, adquiridas imagens de satélites e desenvolvidos mapas em alta resolução para determinados municípios, como os de Colatina, Linhares e Baixo Guandu (no ES).
- Foi afirmado por um dos participantes que há a necessidade de ações concretas para ampliar a disponibilidade hídrica, tendo em vista que a

região sente a falta de tais práticas. Como triste exemplo foi dito que o rio São José havia “cortado” (se tornou intermitente).

- Os representantes dos comitês presentes expuseram dúvidas com relação à divisão dos recursos no território capixaba, tendo em vista que há, atualmente, quatro comitês instituídos. O representante do IBIO, Fabiano Alves, explicou que os recursos são alocados por unidade de gestão, conforme está o PAP e que toda a área capixaba será contemplada. Na UA São José, por exemplo, estão os CBHs Pontões e Lagoas do Doce e Barra Seca.
- Houve questionamento sobre o fato de não haver recurso para o programa Produtor de Água (P. 24). Foi esclarecido que não há recurso disponível para este programa devido aos altos custos associados e a complexidade de sua implantação. Desta forma, optou-se por implantado, de modo piloto, apenas na UGRH Piracicaba. Foi ainda dito que por meio de outros programas serão realizadas ações que visem ampliar a disponibilidade hídrica, como o Programa de Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura (P. 22), o Programa de Recomposição de APP's e nascentes (P. 52) e o Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P. 12).
- Com relação ao P. 52, foi dito que este programa contempla ações para a elaboração do CAR e do PRA, podendo ampliar visando desenvolver o ZAP, conforme indagado por alguns participantes.
- Foi indagado sobre a possibilidade de adentrar no PAP o Programa Recuperação de Lagoas Assoreadas e Degradadas (P. 52a). Foi dito que há a preocupação de não se ampliar exageradamente as temáticas dos projetos, pois a gestão e a operacionalização tende a ficar demasiadamente complexa. Além disso, os recursos destinados para a agência e a sua atual estrutura são fatores limitantes para atender um número amplo de programas.
- Em relação ao Programa de Educação Ambiental (P. 72), grande parte dos presentes apresentou interesse para o desenvolvimento deste programa nas áreas de seus comitês, indagando se as entidades que já

atuam na região com tal temática poderão receber recursos para, inclusive, dar continuidade a determinados trabalhos na bacia. Foi esclarecido que as entidades não podem receber recursos de forma direta. Há a necessidade legal de seguir procedimentos licitatórios, pois se tratam de recursos públicos. ***Houve a proposta de regionalizar este programa a fim de atender as especificidades regionais da bacia do Doce, devido as suas dimensões e complexidades.***

- Foi indagado se há a preocupação de se buscar parcerias e arranjos locais para a implantação dos programas e das ações a eles correlacionadas. Foi afirmado que após a definição dos programas a serem implantados na região, os atores locais são chamados para somar esforços. Portanto, a ideia é envolver instituições locais que já trabalham nas temáticas priorizadas.
- Foi esclarecido que para a implantação dos programas de saneamento básico haverá recursos da união alocados, porém tais recursos se encontram fora da divisão apresentada para os programas hidroambientais. Além disso, para o Programa de Saneamento da Bacia (P. 11) e para o Programa de Universalização do Saneamento (P. 41) há a proposta de contemplar, com pelo menos a elaboração de um projeto, os municípios com mais de 50 mil habitantes, estando inseridos Linhares/ES e Colatina/ES, desde que atendam os critérios obrigatórios estabelecidos para aplicação dos recursos da cobrança para tais programas. Caso ocorra sobra de recursos, os demais municípios poderão pleitear os recursos, desde que contemplem os critérios obrigatórios e seguindo a classificação dada por meio da aplicação dos critérios classificatórios.
- Os representantes salientaram a preocupação com os municípios pequenos, haja vista a dificuldade que tais municípios apresentam para acessarem recursos por meio de pleitos. Como exemplo citou-se a necessidade do Programa de Convivência com as Cheias (P. 31) focar em municípios pequenos, inclusive.

- Foi sugerido para o Programa de Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura (P. 22) que as ações a ele correlacionadas se estendam para além da experiência da aplicação do irrigâmetro.

3 – Priorização dos programas na parte capixaba do rio Doce (UGRHs 7, 8 e 9)

Para a priorização dos projetos visando o PAP – 2016/2020 foram resgatados e analisados todos os programas do PIRH, inclusive aqueles que se encontram vigentes no PAP atual e aqueles que o IBIO propôs que adentrasse no novo PAP mesmo que, em alguns casos, não esteja prevista a alocação de recursos da cobrança. Desta forma, o IBIO poderá buscar recursos externos (via editais, por exemplo) para implantar tais programas, haja vista que haveria uma espécie de “rubrica” no PAP 2016/2020.

Os programas vigentes no PAP são:

- P. 11 – Programa de Saneamento a Bacia.
- P. 22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura.
- P. 24 - Implementação do Programa Produtor de Água.
- P. 31 - Programa de Convivência com as Cheias.
- P. 41 - Programa de Universalização do Saneamento.
- P. 52 - Programa de Recomposição de APP's e nascentes.
- P. 61 - Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.
- P. 61.2 Subprograma Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o arranjo institucional elaborado no âmbito do plano e objetivando a consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- P. 71 - Programa de Comunicação do Programa de Ações.
- P. 72 – Programa de Educação Ambiental.
- P. 73 - Programa de Treinamento e Capacitação.

Os novos programas sugeridos para entrarem no PAP 2016/2020 foram:

- P. 12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos.
- P. 21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica.
- P. 42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.

- P. 61.1 - Subprograma Cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia.
- P. 62.1 - Subprograma de levantamentos de dados para preenchimento de falhas ou lacunas de informações constatadas no Diagnóstico da Bacia (Recurso União, sem especialização, atualizar PIRH/PARH).

Foi sugerida pelos presentes a inclusão do **Programa Ações de Convivência com a Seca (P. 25)**.

Considerando as listagens acima, os participantes aprofundaram a discussão e chegaram a uma proposta de programas prioritários para a região capixaba da bacia do rio Doce. Esta proposta foi refinada a partir de um processo denominado eleição de prioridades, onde representante de cada comitê presente recebeu três “cédulas” com pesos diferenciados: uma verde (peso 3), uma amarela (peso 2) e uma vermelha (peso 1). Estas cédulas foram utilizadas para dar pontuação e classificar a ordem de importância dos programas previamente selecionados.



Cenas da eleição de prioridades

O resultado final encontra-se descrito abaixo.

- (i) **Para o CBH - Guandu** (ressaltando que houve empate em quarto lugar, envolvendo 6 programas que não obtiveram votos).
- P. 12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (17 pontos).
 - P. 52 - Programa de Recomposição de APP's e nascentes (10 pontos).
 - P. 22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura (9 pontos).
 - P. 21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (0 ponto).
 - P. 11 – Programa de Saneamento a Bacia (0 ponto).
 - P. 41 - Programa de Universalização do Saneamento (0 ponto).
 - P. 72 – Programa de Educação Ambiental (0 ponto).
 - P. 42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural (0 ponto).
 - P. 61.1 - Subprograma Cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (0 ponto).
 - P. 61.2 Subprograma Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o arranjo institucional elaborado no âmbito do plano e objetivando a consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (não foi incluído na votação por ser um programa necessário para o andamento das ações do CBH).
- (ii) **Para o CBH - Santa Maria do Doce** (ressaltando que houve empate no sexto lugar envolvendo 4 programas que não obtiveram votos).
- P. 21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (20 pontos).
 - P. 12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (19 pontos).
 - P. 22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura (10 pontos).
 - P. 52 - Programa de Recomposição de APP's e nascentes (9 pontos).
 - P. 61.1 - Subprograma Cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (2 pontos).
 - P. 11 – Programa de Saneamento a Bacia (0 ponto).

- P. 41 - Programa de Universalização do Saneamento (0 ponto).
- P. 72 – Programa de Educação Ambiental (0 ponto).
- P. 42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural (0 ponto).
- P. 61.2 Subprograma Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o arranjo institucional elaborado no âmbito do plano e objetivando a consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (não foi incluído na votação por ser um programa necessário para o andamento das ações do CBH).

(iii) **CBH – Pontões e Lagoas do Rio Doce** (ressaltando que houve empate no segundo lugar, envolvendo dois programas, e em sexto lugar, envolvendo três programas que não obtiveram votos).

- P. 52 - Programa de Recomposição de APP's e nascentes (17 pontos).
- P. 12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (9 pontos).
- P. 22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura (9 pontos).
- P. 21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (4 pontos).
- P. 11 – Programa de Saneamento a Bacia (2 pontos).
- P. 41 - Programa de Universalização do Saneamento (1 ponto).
- P. 72 – Programa de Educação Ambiental (0 ponto).
- P. 42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural (0 ponto).
- P. 61.1 - Subprograma Cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (0 ponto).
- P. 61.2 Subprograma Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o arranjo institucional elaborado no âmbito do plano e objetivando a consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (não foi incluído na votação por ser um programa necessário para o andamento das ações do CBH).

- (iv) **CBH – Barra Seca** (ressaltando que houve empate em oitavo lugar, envolvendo dois programas que não obtiveram votos).
- P. 52 - Programa de Recomposição de APP's e nascentes (17 pontos).
 - P. 22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura (11 pontos).
 - P. 21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (9 pontos).
 - P. 12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (7 pontos).
 - P. 72 – Programa de Educação Ambiental (5 pontos).
 - P. 42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural (3 pontos).
 - P. 61.1 - Subprograma Cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (2 pontos).
 - P. 11 – Programa de Saneamento a Bacia (0 ponto).
 - P. 41 - Programa de Universalização do Saneamento (0 ponto).



Resultados das eleições de prioridades

4 – Alocação dos recursos da cobrança pelo uso da água de rio de domínio da União

Após fechar a discussão sobre os programas prioritários, os representantes dialogaram sobre a proposta de cenários desenvolvida pelo IBIO para divisão dos recursos da cobrança da união entre as UGRHs. O grupo participante apontou o cenário 4 (50% eq + 50% lcn) como a melhor opção. Neste cenário, as UGRHs inseridas tem território capixaba receberão, ao longo dos 5 anos de vigência do PAP 2016/2020, por volta dos seguintes valores: UGRH 7 – R\$3.663.420,00; UGRH 8: R\$4.068.466,00; e UGRH 9 – R\$8.060.460,00. Vale ressaltar que esses valores poderão sofrer alterações, a cargo da CTI/CTPlano do CBH-Doce. A tabela abaixo apresenta os cenários apresentados.

Tabela 1: Cenários para distribuição dos recursos da cobrança pelo uso da água (Federal) no PAP 2016/2020

UGRH	Opções de Distribuição do Recurso da Cobrança pelo Uso da Água (Federal)								
	equitativa (eq)	latu	lacu	lm	lcn	10% eq + 90% lcn	20% eq + 80% lcn	30% eq + 70% lcn	50% eq + 50% lcn
1. Piranga	6.008.916	10.961.074	8.434.277	9.697.675	7.456.571	7.311.805	7.167.040	7.022.274	6.732.743
2. Piracicaba	6.008.916	3.543.956	438.025	1.990.991	0	600.892	1.201.783	1.802.675	3.004.458
3. Sto Antônio	6.008.916	6.708.202	5.105.190	5.906.696	5.334.987	5.402.380	5.469.772	5.537.165	5.671.951
4. Suaçuí	6.008.916	13.435.732	16.168.922	14.802.327	16.555.724	15.501.043	14.446.362	13.391.682	11.282.320
5. Caratinga	6.008.916	4.167.453	5.548.435	4.857.944	5.121.870	5.210.574	5.299.279	5.387.984	5.565.393
6. Manhuaçu	6.008.916	5.730.559	5.519.420	5.624.990	6.053.142	6.048.720	6.044.297	6.039.874	6.031.029
7. Guandu	6.008.916	1.542.531	634.827	1.088.679	1.317.925	1.787.024	2.256.123	2.725.222	3.663.420
8. Sta Maria do Do	6.008.916	1.911.641	1.604.080	1.757.861	2.128.017	2.516.107	2.904.197	3.292.287	4.068.466
9. São José	6.008.916	6.079.094	10.627.064	8.353.079	10.112.005	9.701.696	9.388.215	8.881.078	8.060.460
TOTAL	54.080.241	54.080.241	54.080.241	54.080.241	54.080.241	54.080.241	54.177.069	54.080.241	54.080.241

Além disso, ficou compreendido que:

- (i) Há um conjunto de programas considerados transversais (sem especialização nas UGRHs para a sua implantação). São eles:
- P. 31 – Programa de Convivência com as cheias.
 - P. 62.1 - Subprograma de levantamentos de dados para preenchimento de falhas ou lacunas de informações constatadas no Diagnóstico da Bacia.
 - P. 71 - Programa de Comunicação do Programa de Ações.
 - P. 72 – Programa de Educação Ambiental.
 - P. 73 - Programa de Treinamento e Capacitação.

- (ii) Os programas de saneamento básico, que deverão receber aporte de recursos da cobrança da União. São estes programas:
 - P. 11 – Programa de Saneamento da Bacia.
 - P. 41 – Programa de Universalização do Saneamento.
 - P. 42 – Programa de Expansão do Saneamento Rural.

- (iii) Os programas hidroambientais, que deverão receber aporte de recursos da cobrança da União. São estes programas:
 - P. 52 - Programa de Recomposição de APP's e nascentes
 - P. 12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (com ênfase em adequação de estradas vicinais, barraginhas e caixas secas).
 - P. 21 – Programa de Incremento da Disponibilidade Hídrica.

- (iv) Há um programa específico para incentivar o uso racional da água na agricultura, que deverá receber aporte de recursos da cobrança da União, sendo este:
 - P. 22 – Programa de Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura.

Além desses pontos, os representantes apreciaram a proposta do IBIO sobre a alocação dos recursos da União para o PAP-Doce 2016-2020. São elas:

- P. 11 - Saneamento e P41 - Universalização do Saneamento: Garantir o atendimento de elaboração de pelo menos um projeto para os municípios com população maior que 50 mil habitantes, no médio e baixo Doce, atendidos os critérios obrigatórios e classificatórios. Sem espacialização, demais municípios atendidos conforme hierarquização geral na bacia.
- P. 22 - Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura: aplicados nas UGRHs 4, 5, 6, 7, 8 e 9 proporcional à demanda de água para irrigação.
- P24 - Produtor de Água: Sem previsão de recurso.
- P. 31 - Convivência com as Cheias: Sem espacialização. Ações para toda a bacia.

- P. 52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes: Divisão de acordo com critérios técnicos (áreas críticas, recursos MG, área da bacia). Serão previstas também algumas ações do P12 e P42
- P. 61.2 – Previsão apenas para o CBH-Doce, conforme determinação da ANA.
- P. 71 - Não há espacialização. Ações nos 10 CBHs.
- P. 72 - Não há espacialização. Ações nos 10 CBHs.
- P. 73 - Não há espacialização. Ações nos 10 CBHs.
- P. 62.1: Ações para revisão do PIRH e PARHs.
- Medidas Contingenciais de até 10% dos recursos

O grupo participante apontou ressalva em relação ao último ponto, acima descrito. Para parte do grupo há a necessidade de aprofundar o conceito de medidas contingenciais, bem como os critérios e os procedimentos a serem adotados para alocar, caso considerado prudente a proposta, recursos aos municípios. Para outra parte, essa proposição deve ser retirada do PAP 2016-2020, haja vista que se trata de questões afetas ao Estado (medidas contingenciais relacionadas a eventos hidrológicos críticos – cheias e enchentes) e que os recursos que seriam destinados a tal item devem potencializar as ações dos programas prioritários estabelecidos.

5 – Premissas para a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Doce

Os participantes também dialogaram sobre a proposta do IBIO relacionada às premissas para a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água. Após reapresentar as propostas e debatê-las, houve posicionamento favorável (os representantes ratificaram a proposta). Estas premissas são:

- Usar o mapa de vulnerabilidade do PDA-Doce como a priorização padrão das áreas a serem beneficiadas para todos os programas do PAP relacionados a projetos hidro ambientais, incluindo critérios de priorização adicionais.
- Demais programas com critérios de hierarquização específicos.

- Critérios de hierarquização previamente definidos no PAP, objetivando dar celeridade na seleção das propostas e contratação dos serviços.
- Contratação de consultoria (física ou jurídica) para análise e validação técnica dos produtos e serviços contratados para todos os programas.
- Previsão no PAP de outros programas do PIRH-Doce que não foram contemplados com recursos da cobrança, mas que são considerados fundamentais para a bacia, e que serão objeto de levantamento de recursos adicionais por parte do IBIO.
- Previsão no PAP dos recursos já comprometidos com contratos de anos anteriores e que terão desembolso em 2016 (P. 22, P. 31, P. 41, P. 61.2 e P. 71).
- Continuidade da nomenclatura das unidades de gestão será adotada a nomenclatura oficial no PIRH como UGRH01 a UGRH09.

6 – Critérios para nortear a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água para os programas de saneamento básico (Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário)

Devido ao avançar das horas, concluiu-se que não haveria tempo suficiente para esgotar o item referente à análise dos critérios norteadores para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água nos programas relacionados ao saneamento básico (P. 11 e P. 41).

Desta forma, ficou decidido que o IBIO repassará o relatório final consolidado referente à 1ª rodada de seminários sobre saneamento, realizada nas UGRH's 1, 2, 6, 7, 8 e 9 na primeira quinzena de setembro/2015, para que os comitês capixabas tenham acesso às informações referentes ao tema e apreciem as propostas construídas nos seminários.

ANEXOS

ANEXO I: LISTA DE PRESENÇA

REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA - CBH SANTA MARIA, GUANDU E PONTÕES E LAGOAS 01 DE OUTUBRO DE 2015 - CBH SANTA MARIA, GUANDU E PONTÕES E LAGOAS - ES				
INSTITUIÇÃO	MEMBRO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
CREA-ES	ALIAMAR CAMERIO	(31) 999871980	aliamar@crea.es.gov.br	
Equipe Ambiental	Aluísio Tomasi	(51) 999591459	aluisiotomasi@yepi.com.br	
SAPE	Robson Gonçalves	(41) 999277077	robson@redesasa.es.gov.br	
CBH - Barra São João do Rio Doce	Delano Valle	(23) 999401843	delano.valle@sigmat.com.br	
P.M. Vale	Jonas Ikeguchi	57 999 35 59 44		
Situ. Rio Juruá	Wagner J. Nandorf	27 77264937	wagner.nandorf@pnt.com.br	
SAPE Itaguai	Carlos Bone Bonelli	27 9995504	bob.boneti@pnt.com.br	
P.M. Itamará	Leandro Simões Gomes	(21) 999421255	leandro@pnt.com.br	
P.M. Itamará	Inacio Antonio Simoni	(27) 999293923	inacio@pnt.com.br	
P.M. Itamará	Virgilio Biaz Fedeiroves	(27) 99919648	virgilio@pnt.com.br	
Associação	Roberto Murilo S. Amador	99920-7620	roberto@pnt.com.br	
AGERH	Andressa Bacchetti Pinto	27-99934131	dpf@agerh.es.gov.br	
AGERH	FELIPE DUTRA BRANTÃO	(27) 999245210	felipe.brantao@agerh.es.gov.br	
PREF. VALÉ	Valdir Martins	27 999993920	valdir@vale.com.br	
IFES - Campos	Paulo Sérgio Pires Lordin	(21) 3123.1243	plordin@ifes.edu.br	
SAPE Rio Guandu	Roberto S. S. Gomes	27 3332 117	roberto@pnt.com.br	
Comitê Rio Guandu	Ana Paula Alves Bisol	27 3335 140	antat@pnt.com.br	

REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA - CBH SANTA MARIA, GUANDU E PONTÕES E LAGOAS 01 DE OUTUBRO DE 2015 - CBH SANTA MARIA, GUANDU E PONTÕES E LAGOAS - ES				
INSTITUIÇÃO	MEMBRO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
CBHSTRO	Edilson do Carmo	27 998261401	edilson@pnt.com.br	
PR. TAMAR	Carlos Siqueira			
CBH Rio Barra São João do Rio Doce	Prof. Anderson Ramos P. Souza	27 999801002	anderson.ramos@outlook.com	
COMITÊ DOCE VALÉ	MARCO SALES FERRAZ	27 999514-7615	MARCO.SALES.FERRAZ@VALE.COM	
CBHSTRO Doce	Valdir Martins dos Santos	27 999912366	cbh.barrascao@pnt.com.br	
CBH ESTRELA S. BUIAL SUZANA	STENO BROSCCHI	27 999889090	steno@pnt.com.br	
SAPE Rio Guandu	Roberto Antonio de Lima / Clemano	27 999343340	roberto@pnt.com.br	
INSTITUTO TERRA	CEB. Mantovani	(31) 99918651	gilson@institutoterra.org	
INSTITUTO TERRA	CBH SANTA MARIA DO DOCE	(51) 99981-4333	maiores@institutoterra.org	
Lab. UFRS		(11) 99921-1995	silvina@pnt.com.br	
Prepaco	Isabela Lobo	33 3212-4350	isabela@prepaco.com.br	
IBIO	Fuliana Milla Pinto	33 84265014	fuliana@ibio.org.br	

ANEXO II – APRESENTAÇÃO DO IBIO

(este anexo contém a apresentação realizada pelo IBIO durante a reunião da
Câmara Técnica).

(enviado em arquivos separados – em .PDF).